



**ANDREZZA MALTA FERREIRA
DAISY VITÓRIA FERREIRA DE MIRANDA**

**AMAR É PADECER? Uma revisão bibliográfica sobre o ideal de amor e suas
possíveis articulações na violência contra a mulher**

**Belo Horizonte
2026**

ANDREZZA MALTA FERREIRA
DAISY VITÓRIA FERREIRA DE MIRANDA

**AMAR É PADECER? Uma revisão bibliográfica sobre o ideal de amor e suas
possíveis articulações na violência contra a mulher**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
curso de Psicologia da Faculdade de Minas
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Tayane Rogéria Lino.

Belo Horizonte
2026

MIRANDA, Daisy

AMAR É PADECER? Uma revisão bibliográfica sobre o ideal de amor e suas possíveis articulações na violência contra a mulher / Daisy Miranda; Andrezza Malta ; Tayane Lino (orient.). - Belo Horizonte, MG, 2026.
50p.

Orientador: Prof. Dra. Tayane Lino.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário FAMINAS, 2026.

1. 1) “amor romântico”; 2) “violência contra a mulher”; 3) “dependência afetiva”; 4) “relacionamentos violentos. I. LINO, Tayane , Prof. Dra., orient. II. Título.

Catálogo da Publicação

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do Centro Universitário FAMINAS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a). Bibliotecária Cristina de Souza Maia CRB6- 2294

ANDREZZA MALTA FERREIRA
DAISY VITÓRIA FERREIRA DE MIRANDA

**AMAR É PADECER? Uma revisão bibliográfica sobre o ideal de amor e suas
possíveis articulações na violência contra a mulher**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Tayane Rogéria Lino

Prof. Ma. Thaís Alves

Prof.^a Dr.^a Luciana Gaudio

Belo Horizonte

2026

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
1.1	JUSTIFICATIVA	6
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA	7
1.3	HIPÓTESE	7
1.4	OBJETIVO GERAL	7
1.5	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1	O AMOR NÃO É UM CASULO: CAMADAS HISTÓRICAS E CULTURAIS	9
2.2	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS	13
2.3	RELAÇÕES DE GÊNERO E O MODELO PATRIARCAL	17
2.4	A LINHA TÊNUE DO ROMPIMENTO: ENTRE O AMOR, O MEDO E A POSSIBILIDADE DE SAIR	19
3	METODOLOGIA	23
3.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.2	COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	24
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
4.1	A PEDAGOGIA DO AMOR	31
4.2	O TERRENO DO AMOR E AS RAÍZES DA PERMANÊNCIA	34
4.3	AS ENGRENAGENS INVISÍVEIS DA VIOLÊNCIA NO AMOR	37
4.4	A ARQUITETURA DA PERMANÊNCIA: GÊNERO, PODER E RELAÇÕES ABUSIVAS	39
4.4.1	<i>As normas de gênero como fundamento das relações de poder</i>	<i>40</i>
4.4.2	<i>O patriarcado e a naturalização da dominação masculina</i>	<i>40</i>
4.5	A VIOLÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE MANUTENÇÃO DO PODER.	41
5	CONCLUSÃO	43
	REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

Hoje recebi flores...
Não é o meu aniversário ou outro dia especial;
Ontem, pela primeira vez, ele me bateu.
Mas eu sei que ele está arrependido...
Porque hoje eu recebi flores
(Autor desconhecido).

O presente trabalho é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do curso de Psicologia da Faculdade de Minas (FAMINAS-BH). Tal trabalho se ancora nas teorizações em torno da relação entre o amor e a violência no campo da ciência psicológica. A escolha pelo tema nasce da urgência em refletir acerca do complexo fenômeno do aumento dos casos de violência contra a mulher, a partir do eixo basal que sustenta as relações: o amor (Martins-Silva *et al.*, 2013; Hoffmeister, 2019; Zanello, 2022).

A violência de gênero, que pode ser compreendida como forma de dominação estrutural baseada nas relações desiguais entre homens e mulheres, sustentada pelo patriarcado, pelo machismo e pelo poder permanece como um sério desafio no Brasil, evidenciado pelos elevados números de agressões e casos de feminicídio registrados na contemporaneidade (Saffioti, 2015). De acordo com a 10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada pelo Instituto DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), de 2023, mais de vinte e cinco milhões de brasileiras já sofreram violência doméstica ou intrafamiliar. Destas, aproximadamente, cinquenta e dois por cento (52%) sofreram violência praticada pelo marido ou companheiro, e quinze por cento (15%) pelo ex-marido, ex-namorado ou ex-companheiro (Instituto Patrícia Galvão, 2023).

Já o relatório intitulado Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, de 2025, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto DataFolha, aponta que o principal autor das violências contra mulheres foi o cônjuge/companheiro/namorado/marido (40%) e ex-cônjuge/ex-companheiro/ex-namorado (26,8%), o que já foi constatado em pesquisas anteriores do fórum. Pais e mães das vítimas foram os autores de 5,2% dos crimes, padrastos e madrastas de 4,1% deles e filhos e filhas, de 3% das ocorrências (Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha, 2025).

Logo, destaca-se a necessidade em compreender de que forma as percepções de amor são construídas no contexto sócio-histórico-cultural, e podem se articular às dinâmicas de violências presentes nas relações afetivas. De acordo com Jardim e Miwa (2023) desde a tenra idade, muitas mulheres são expostas a contextos de violência, seja de maneira explícita ou

implícita, que acabam sendo naturalizadas e, por vezes, confundidas com manifestações de afeto.

O amor e a violência, em geral, são tratados como fenômenos separados ou vistos apenas como eventos, que por acaso se relacionam. Entretanto, ao compreender o amor romântico dentro de um sistema de significados moldado pelo patriarcado, pelo neoliberalismo e pela heteronormatividade, como pontua Saffioti (2015) é possível perceber que o amor também exerce influência nas respostas das vítimas após situações de agressão — como a permanência na relação ou a ausência de denúncia.

Nessa conjuntura, para Hooks (2001), compreender o amor é uma forma de ação, nunca apenas um sentimento, ponto que transcende o ideal de algo concluído, que independe de disponibilidade e envolvimento entre as partes para constituir-se. Já a violência, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (2002), caracteriza-se como o uso intencional da força física ou de poder, real ou mediante ameaça, contra si, ou a outrem, que resulte ou possa resultar em lesão, morte, dano psicológico, ou quaisquer tipos de prejuízo psíquico ou que atente à integridade física.

Sob essa ótica, os conceitos de amor e violência vinculam-se, a partir da integração de sentido em meio a sistemas de significação embasados em algum tipo de dominação, que passam a regular a vida íntima, desprezando a construção ética mencionada por Hooks (2001), ao naturalizar uma violência, que de acordo com Bourdieu (1998), atua de maneira suave, camuflada de afago, hábitos e legados geracionais, integrando-se à vida afetiva. Sendo assim, questionar o sistema patriarcal, o qual foi socialmente imposto à mulher, surge como possibilidade de analisar criticamente discursos e práticas culturais que sustentam esse tipo de dominação, refletindo sobre o fenômeno da violência como um tipo de linguagem que vem à tona quando o algoz não consegue articular-se sem oprimir o outro. Nessa linha de raciocínio, o que leva esse “outro”, no caso, um número considerável de mulheres, a aceitar manifestações violentas como forma de amor?

A esse respeito, Bowlby (1989), na Teoria do Apego, afirma que são as experiências precoces de vínculos, que moldam a forma como enxergamos o amor e nós mesmos. O apego é visto como uma necessidade de sobrevivência, proporcionando segurança; ponto fundamental para o desenvolvimento social. Entretanto, isso não quer dizer que essa sensação de pertencimento se equipare a relações afetivas saudáveis.

Sem a pretensão de esgotar o tema ou apresentar uma solução definitiva para o problema, este estudo propõe-se a discutir algumas concepções de amor, a partir de um estado

da arte sobre o assunto, analisando como tais concepções se manifestam e de que forma podem se articular a contextos de violência. Considera-se que a experiência amorosa, enquanto construção simultaneamente subjetiva e objetiva é produzida nas práticas culturais e nos modos de socialização que atravessam diferentes grupos sociais. Partindo dessa perspectiva, questiona-se como certas representações do amor frequentemente marcadas por ideais de sacrifício, entrega e completude podem contribuir para a legitimação da violência nas relações íntimas.

1.1 JUSTIFICATIVA

Mesmo após inúmeras conquistas de direitos, dados do Conselho Nacional de Justiça (2025) apontam, no primeiro semestre de 2025, mais de 700 casos de feminicídios no país e mais de 86 mil denúncias de violência doméstica contra a mulher. Embora haja leis, entende-se a questão como dentro de um sistema complexo, o qual urge o acolhimento às mulheres vitimadas pela violência, a articulação entre políticas públicas e atuação de equipes multidisciplinares, voltadas à atenção integral dos envolvidos.

Cabe, pois, a investigação da origem social do machismo e patriarcado como produtos da cultura, a promoção da autonomia das mulheres, a desmistificação desse lugar de submissão, a contextualização de gênero, não como essência ou construção natural, mas como uma repetição, que implica, pela concepção de Butler (2003), uma produção do poder. Além disso, um questionamento plausível emerge dessa teia sistemática: como, quando, onde o ser humano aprende a se portar, a constituir-se como tal, uma vez que, diferente dos animais irracionais, nasce totalmente dependente de outro humano?

Autores como Winnicott (1983), Vygotsky (2007), Merleau-Ponty (2011) e Zanello (2021) concordam, ao afirmar que o sujeito só se constitui como tal mediado pela interação, cuidado e experiência compartilhada entre outros sujeitos. Então, à medida que o ser cresce, se desenvolve percorre um caminho para tornar-se humano é exatamente esse ato de humanizar-se que esbarra em aspectos culturais comuns à sociedade, de acordo com a época, no momento histórico no qual os indivíduos convivem. A Psicologia, enquanto ciência e profissão, busca oferecer as ferramentas para a compreensão desses sujeitos, que após o contato com a cultura, precisam responsabilizar-se por suas escolhas e se haver com elas.

Segundo Rogers (1997), tornar-se pessoa exige coragem para o enfrentamento das nossas limitações e a mudança se inicia quando nos permitimos questionar nossas crenças.

Logo, este estudo objetiva lançar o incômodo em relação ao que se entende por natural no contexto entre amor e padecimento, a partir da diversidade da constituição dos saberes, incitando a quebra de estereótipos que exaltem a função de poder ainda ocupada por grande parte dos homens, em detrimento da subjugação da mulher.

Dessa forma, a atuação na Psicologia anseia para além da identificação das raízes da questão, mas na compreensão dos fenômenos que a circundam, oferecendo suporte aos envolvidos, questionamento às normas sociais vistas como uma construção sócio histórico-cultural, promovendo relações saudáveis e igualitárias, além da promoção de programas preventivos.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Partindo dos pressupostos acima, este trabalho teve como problema a seguinte questão: De que forma as construções sociais do amor, a utopia que envolve esse sentimento e o contexto do patriarcado contribuem para o adoecimento, a dependência afetiva e a permanência de mulheres em relacionamentos conjugais marcados pela violência?

1.3 HIPÓTESE

Supôs-se que o ideal de amor romântico, socialmente construído sob bases patriarcais e heteronormativas, contribui para a naturalização da submissão feminina e da violência simbólica nas relações afetivas. Ao associar o amor à entrega, à dependência e à subordinação, esse ideal atua como elemento subjetivo, que dificulta o reconhecimento e a denúncia de situações de violência contra a mulher.

1.4 OBJETIVO GERAL

Compreender, por meio de uma revisão bibliográfica, como os ideais românticos de amor e de gênero contribuem para a naturalização da violência contra a mulher, analisando os significados culturais que naturalizam e justificam a permanência em relações íntimas.

1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender, por meio de produções teóricas e estudos já realizados, a construção histórica e social do amor, da modernidade à contemporaneidade, identificando como esse conceito foi sendo tecido no imaginário ocidental;

Analisar, com base na literatura científica, como o modelo de amor socialmente constituído se relaciona à manutenção dos papéis de gênero e das desigualdades nas formas de amar e ser amada;

Investigar os fatores que favorecem a permanência das mulheres em relacionamentos violentos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da relação entre amor, violência contra a mulher, gênero e dependência afetiva exige uma perspectiva que considere a articulação entre fatores subjetivos e dimensões histórico-culturais. Mais do que fenômenos isolados, tais elementos se entrecruzam em uma matriz patriarcal que estrutura práticas, discursos e formas de subjetivação. Por isso, este referencial organiza-se a partir do eixo gênero → amor → violência → dependência, seguindo a orientação da professora e reforçando a progressão lógica dos argumentos.

2.1 O AMOR NÃO É UM CASULO: CAMADAS HISTÓRICAS E CULTURAIS

O amor atravessa épocas, culturas e modos de existência, apresentando-se sempre em metamorfose um sentimento indizível, impossível de ser aprisionado em um conceito único ou estável. Ele não é um casulo fechado: é plural, mutável, expansivo, e sua alteridade se manifesta nas diferentes formas de se relacionar com o outro, que é sempre multidimensional. Nestes termos, compreender de que maneira as concepções do amor legitimam práticas de violência contra a mulher exige reconhecer que esse sentimento não é um dado natural, mas uma construção histórica e social.

Ainda assim, algumas bases simbólicas permanecem no imaginário ocidental, mesmo quando paradigmas são substituídos por outros. Algo do amor sempre fica e influencia. Por isso, não se pretende aqui esgotar suas inúmeras facetas, mas evidenciar que o amor é historicamente construído e que seus significados e práticas variam conforme os contextos sociais e culturais que atravessam a humanidade.

Desde os registros mais antigos, observa-se a associação entre amor, desejo e pertencimento. Menezes (2018) identifica o amor como um desejo universal e constitutivo do ser humano, presente desde as primeiras narrativas civilizatórias, como a história simbólica de Adão, cuja incompletude teria motivado a criação de Eva. Na filosofia grega clássica, o filósofo Platão, em *O Banquete*, problematiza o Eros como busca de completude e beleza. Aristóteles, por sua vez, apresenta formas de amor que articulam virtude, amizade e desejo, ressaltando sua dimensão relacional (Menezes, 2018).

Sob a ótica da ciência psicológica, o amor, para Freud, pode ser compreendido como um investimento libidinal em um objeto externo, no qual o sujeito busca satisfação para suas

próprias carências. Freud não utiliza necessariamente o termo “amor”, mas descreve o desejo de investir a libido em outro, sendo possível observar o amor em suas obras por meio das pulsões. A pulsão, elemento central da teoria freudiana, é parcial e não se esgota, assim como a experiência amorosa. As formas de se relacionar com o outro são múltiplas e socialmente mediadas (Garcia-Roza, 1995). Esses registros mostram que, embora variável, o amor sempre ocupou um lugar central na condição humana, funcionando como promessa de vínculo, continuidade e sentido e, ao mesmo tempo, como força motriz que organiza ações sociais. Na sociologia, Bauman, em *Amor Líquido*, também analisa o amor e suas formas de relacionar, a partir da contemporaneidade (Bauman, 2004).

Além desses autores, outros estudiosos dedicaram-se a compreender o amor como objeto científico. As autoras Ellen Berscheid e Elaine Walster são consideradas pioneiras na investigação empírica do amor romântico, oferecendo bases conceituais e metodológicas para sua inserção tardia na literatura científica. Suas pesquisas contribuíram para consolidar o amor como fenômeno legítimo de pesquisa na Psicologia, permitindo que ele fosse analisado para além da filosofia, da arte e das tradições culturais (Neves, 2007).

Segundo Neves (2007), o amor é organizador de várias culturas e sociedades, sendo também esse organizador que define o que é aceito e almejado, um produto social e discursivo. Além disso, suas formas de experienciar apresentam limites atravessados pelo gênero, orientação sexual, etnia e classe social, que compõem as tipologias do amor. Assim, o amor não se apresenta da mesma forma para homens e mulheres; ele também sofre alterações nessas dimensões.

Diante da impossibilidade de abarcar toda a genealogia do amor, este estudo concentra-se na transição da modernidade à contemporaneidade. Primeiramente, analisa-se a consolidação do amor romântico como ideal moderno e, em seguida, sua transformação, no que Bauman (2004) conceitua como relações líquidas expressão do ideal afetivo contemporâneo. Ambos os modelos marcaram profundamente o imaginário ocidental e as relações de gênero.

O amor romântico, como analisa Costa (1998), consolidou-se entre os séculos XVIII e XIX, com o advento do Romantismo na Europa, transformando profundamente padrões culturais e subjetivos. Seu núcleo simbólico é a idealização do “encontro de almas”. Metáforas amplamente difundidas como “metade da laranja” ou “alma gêmea” reforçam a ideia de que o sujeito é incompleto e de que apenas o outro poderia lhe conferir plenitude e

felicidade. Instala-se, assim, a noção de dependência emocional como expressão de autenticidade afetiva.

O amor romântico mantém aspectos da função da fantasia, levando ao campo da imaginação e associando-se à glorificação do sofrimento e do sacrifício necessário para alcançá-lo. Ao mesmo tempo, projeta no parceiro uma imagem distorcida e repleta de virtudes que ele pode não ter (Teixeira, 2018).

Esse amor se apresenta como um sentimento surdo à razão, incontrolável, dotado de um ideal de eternidade representado pela máxima: “até que a morte nos separe” (Carreteiro; Mattar, 2008). Nessa lógica, amar implica doar-se, sacrificar-se e manter uma união indissolúvel, de modo que o rompimento passa a ser visto como tragédia (Carreteiro; Mattar, 2008).

A crença de que “não se pode viver sem o outro” alimenta um imaginário no qual gestos extremos passam a ser interpretados como provas de amor ou “loucuras de amor”. Nesse cenário, atitudes violentas podem se disfarçar de cuidado, funcionando como mecanismos de controle e dominação (Carreteiro; Mattar, 2008).

Quando tal imaginário se estabiliza, ele atribui ao outro um poder desmedido sobre a vida e sobre a continuidade da relação. O vínculo amoroso converte-se em espaço de controle: se o amor é destino, perder o outro torna-se insuportável. O que deveria simbolizar liberdade transforma-se em clausura afetiva, na qual a morte aparece como forma “aceitável” de separação. Assim, a promessa romântica de eternidade revela sua face sombria ao fundir amor, poder e violência, sustentando a ideia de que amar implica possuir.

Esse ideal encontra terreno fértil nas produções culturais. A arte, a literatura e a mídia reiteram representações que naturalizam o sofrimento como componente do amor. Filmes de princesas, novelas adolescentes e músicas de sucesso moldam comportamentos a partir dessas nuances. Narrativas como Romeu e Julieta eternizam a ideia de que o amor verdadeiro tudo suporta, convertendo a tragédia em expressão de pureza. A história de A Bela e a Fera também reitera a lógica da dominação: Bela é mantida em cativeiro, apaixona-se pela Fera e entende que o sofrimento será recompensado se ela esperar pela mudança, reafirmando o ideário romântico de que o “verdadeiro amor” redime (Carreteiro; Mattar, 2008).

Illouz (2011) argumenta que, ao ser apropriado pela cultura de massa, o amor adquire tonalidades que mesclam idealização, ciúme, sofrimento e posse. A narrativa amorosa passa a legitimar, ainda que veladamente, formas de controle do parceiro sobre a vida da parceira. O

que se apresenta como cuidado pode ocultar exigências de exclusividade, obediência e vigilância; mecanismos centrais nas dinâmicas que antecedem a violência.

Nesse sentido, problematiza-se se o amor, constituído historicamente como fonte de vida, não se transforma também em um dispositivo simbólico de dominação, legitimando práticas violentas em seu nome. O amor tem sido utilizado como pano de fundo de algo puro e belo para justificar comportamentos que, ao contrário de expressarem cuidado, conferem a alguns o suposto direito de dispor da vida do outro.

Casos concretos, como o assassinato de Eloá Pimentel, amplamente divulgado pela mídia brasileira, evidenciam como esse modelo opera socialmente. A tentativa de manter uma relação pela força, amparada em um ideal amoroso possessivo e inseparável, revela como o sofrimento da mulher é naturalizado e como a impossibilidade de aceitar o fim é convertida em justificativa para atos extremos. Aqui, o amor confundido com domínio adquire legitimidade cultural para ultrapassar limites éticos e afetivos.

Na contemporaneidade, embora o amor permaneça central, ele assume novas formas. Bauman (2004) descreve as relações atuais como líquidas: fluidas, instáveis e descartáveis. O amor deixa de representar uma promessa de eternidade e aproxima-se de um modelo de consumo, marcado pelo imediatismo e pela lógica do “uso e substituição”. Nessa dinâmica, os vínculos tornam-se efêmeros, provisórios e pouco orientados a projetos duradouros. A desresponsabilização afetiva ganha força e, embora pareçam mais leves, as relações líquidas continuam imbricadas nas matrizes do amor romântico. A liquidez não elimina o romantismo, o torna mais ansioso. Frente à cultura do descarte, a tolerância com o outro diminui, a instabilidade dos vínculos se intensifica e experiências de angústia, insegurança e invalidação tornam-se mais frequentes. Esses elementos, quando combinados, podem favorecer modos de relação marcados pelo controle, pela vulnerabilidade emocional e pela reprodução de dinâmicas violentas.

Compreender o amor romântico e as relações líquidas é compreender como concepções enraizadas na cultura moldam as formas de se relacionar, colaborando para a invisibilização da violência nas relações conjugais e nos convocando a pensar sobre o futuro que estamos construindo ou destruindo.

A importância de estudar o amor na violência é reforçada no texto *Amor: conceito e problemática na antiguidade e na contemporaneidade* por Menezes (2018, p. 34), ao afirmar que:

O sujeito que faz a experiência do amor tem a necessidade de exprimir o que sente e, muitas vezes, o faz pela concepção que melhor corresponda à ideia que tem do amor. O amor é algo poderoso, que supera todos os obstáculos da vida do ser humano, mas é, também, o que necessita ser controlado, porque pode conduzir o ser humano ao sofrimento.

Não se busca negar o amor, tampouco discuti-lo como sentimento destrutível, mas evidenciar que a forma romantizada e socialmente construída de se relacionar pode funcionar como um dos mecanismos que perpetuam desigualdades, hierarquias e violências, especialmente contra mulheres. Entender o amor é, portanto, entender também seus perigos. Muschioni e Silva (2023) revelam que a dualidade desses modelos de amor e a forma como se intercalam geram preocupações diante de situações de violência. De um lado, observa-se o amor romântico, constituído pela fantasia, que impacta a noção de realidade da pessoa. Nessa lógica, a identificação de características violentas pode ser distorcida: mesmo quando presentes, aspectos agressivos podem ser interpretados como parte da narrativa amorosa, levando a pessoa a crer que se afastar desse enredo significaria desviar-se de seu destino, tornando-se refém da própria fantasia amorosa.

2.2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS

Durante séculos, o contexto de violência contra a mulher fora invisibilizado e sustentado por argumentos como “assuntos domésticos” (Valiense; Cunha, 2025), além de ser legitimado por instituições, como a Igreja e o Estado, visando a preservação da moral e, consequentemente, da manutenção da família, traçada pela lógica do tudo suportar, em nome da preservação de um sistema no qual cabe à mulher, a sabedoria do silêncio.

Logo, esse tipo de violência representa uma expressão das relações de poder desiguais, estruturadas pelo contexto sócio-histórico cultural, presididas pelo sistema do patriarcado, o qual privilegia o masculino subjugando o feminino. Segundo Viana e Costa (2024), esse sistema de poder naturaliza a dominação masculina em detrimento da subordinação feminina.

Nessa construção sócio-histórica, a mulher era percebida como uma propriedade, primeiro do pai, depois do marido, sendo essa regência legitimada pelas instituições de poder: Igreja e Estado. Essa “herança patriarcal ganhou reforço ao longo do Império e da Primeira República, associando, rigidamente, o papel feminino ao lar e à maternidade” (Viana; Costa, 2024, p. 2830).

Ou seja, a cultura patriarcal brasileira edificou-se pela concepção de posse do corpo e vontade da mulher, permeada pela violência como forma de controle, fazendo parte da intimidade familiar, legitimada pelo conceito de que o homem deveria disciplinar a esposa. Como pontuam Valiense e Cunha (2025), esse elemento normativo estava ligado ao ideal de amor romântico e submissão feminina, no qual a mulher deve ser ensinada a tolerar o sofrimento, como prova de dedicação e fidelidade.

Esse modelo cultural favoreceu a manutenção da desigualdade de gênero por um longo período, retardando o reconhecimento da violência na intimidade doméstica como um problema social e político. A consolidação desse reconhecimento ocorreu com a promulgação da Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que instituiu mecanismos de proteção à mulher, e, posteriormente, com a Lei nº 13.104/2015, que qualificou o feminicídio como circunstância agravante do homicídio, refletindo um longo processo de luta por direitos.

A seguir, apresenta-se uma síntese histórica das políticas públicas de enfrentamento (Quadro 2):

Quadro 1 – Panorama histórico da violência contra a mulher no Brasil

Período	Características principais	Avanços e políticas públicas
Colônia e Império	Mulher vista como propriedade; patriarcado legitimado pela religião e pelo Estado.	Não havia políticas específicas.
República Velha – Ditadura	Violência doméstica invisibilizada; restrição da mulher ao espaço doméstico.	Emergência dos movimentos feministas.
Redemocratização (anos 1980)	Mobilização feminista e início da denúncia pública.	Criação das Delegacias da Mulher.
Constituição de 1988	Reconhecimento jurídico da igualdade.	Princípio da não discriminação.
2000-2015	Consolidação legal do enfrentamento.	Lei Maria da Penha (2006); Lei do Feminicídio (2015).
Contemporaneidade	Persistência das desigualdades;	Planos Nacionais de Política

Período	Características principais	Avanços e políticas públicas
	aumento dos casos.	para as Mulheres; Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.

Fonte: elaborado a partir de Silva e Souza (2021).

Apesar dos avanços e reconhecimento da violência conjugal como um problema que transpassa o íntimo, segundo Fabeni *et al.* (2015) a responsabilização do “amor” pelas situações de violência conjugal não é novidade. A bandeira do combate à “violência contra a mulher” surgiu, no Brasil, na década de 80, intermediada pela ação dos movimentos feministas e de mulheres, que denunciavam a impunidade dos crimes sem condenação, com a justificativa de que eram cometidos “por amor” ou “em defesa da honra”.

Em número considerado de casos, utilizava-se um argumento conhecido como “legítima defesa da honra”, quando se alegava que o homem agiu apenas para proteger sua honra ferida pelo comportamento da mulher, terminando muitos julgamentos numa verdadeira responsabilização desta pela violência (Correa, 1981).

Um caso que emblemático, no Brasil, foi o assassinato, em 1976, de Ângela Diniz, socialite brasileira, pelo seu companheiro Raul Fernandes do Amaral Street (chamado de Doca Street). Ângela foi assassinada a tiros, após anunciar o desejo de romper o relacionamento de três meses. Ele foi condenado a dois anos de prisão, em 1979, com direito a suspensão condicional da pena (*sursis*) alegando em juízo, a tese de legítima defesa da honra. Os movimentos feministas protestaram de forma veemente contra a pena branda, criando a expressão “quem ama não mata”. Em 1981, Doca teve sua pena aumentada para 15 anos (Correa, 1981).

Ainda de acordo com Fabeni *et al.* (2015), muitos juristas persistem no argumento de enquadramento de situações de violência na hipótese de homicídio privilegiado, prevista no art. 121, § 1º, do Código Penal: “Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço”.

Fica explícito o problema da nomenclatura: “crime passionai”, como um pretexto para justificar atos de violência, ancorando-se em um suposto sentimento amoroso, expressão que pretende minimizar o que fora apontado por autores como Fernando Capez em seu livro Curso de Direito Penal (2008, p. 40):

Totalmente inadequado o emprego do termo “amor” ao sentimento que anima o criminoso passional, que não age por motivos elevados nem é propulsionado ao crime pelo amor, mas por sentimentos baixos e selvagens, tais como ódio atroz, o sádico sentimento de posse, o egoísmo desesperado, o espírito vil da vingança [...] O passionalismo que vai até o homicídio nada tem que ver com o amor.

Porém, o contexto histórico ainda traz registros que corroboram com o ideal de amor justificado pela violência. No dia 10 de novembro de 2006, numa sexta-feira, em Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, Cristina, de 36 anos, auxiliar de enfermagem, foi seguida pelo primo e ex-companheiro, André, de 35 anos, ambulante, que armado, obrigou-a a acompanhá-lo. Uma pessoa presenciou o ocorrido, avisando à polícia. Tendo percebido, André parou o ônibus 499, forçando Cristina a entrar, apontando uma arma para o motorista (Carreteiro; Mattar, 2008).

Durante o longo período de negociação, André afirmou que não machucaria nenhum dos outros passageiros, seu problema era apenas com Cristina, segundo ele, por havê-lo traído. Foram mais de oito horas de negociação. A mulher foi espancada, tendo sua mandíbula afetada. Aos poucos, André liberava alguns reféns, até o momento de se entregar. A opinião pública divulgou comentários, como o do cobrador, que reconheceu André como um homem apaixonado, que agiu pelo desespero, movido pelo amor (Carreteiro; Mattar, 2008).

Já nas manchetes, o amor classificou-se em categorias, como doentio e que em excesso, atrapalha. Mas a quem? Ao algoz, que teve o perfil desenhado como um homem transformado pela dor, estando disposto a lavar sua honra com sangue? Ou a Cristina, que compareceu à delegacia, carregada por policiais e com muitas dores, em virtude dos golpes recebidos? Quem era a vítima?

É difícil adjetivar a postura de boa parte de um corpo social que ainda reconhece legitimidade em subjugar corpos. Apesar dos movimentos dicotômicos entre a opinião pública, Cristina registrou a queixa, destacando a notoriedade da Lei Maria da Penha, importante avanço do ordenamento jurídico, além de incentivar outras mulheres a denunciarem possíveis contextos de violência.

O fato repercutiu e na atualidade não há notícia sobre o desfecho do ocorrido, mas oito meses após o caso de violência pública, em julho de 2007, os jornais noticiaram que o casal André e Cristina resolveram reatar sua relação conjugal, em nome do amor, segundo Cristina, que mostrava preocupação em relação às críticas que recebia, com medo de ser chamada de sem vergonha.

Logo, cabe à Psicologia, enquanto ciência e profissão, observar o cenário, afastando-se de um possível discurso moralizante, para observar o fato pelo horizonte sócio-histórico cultural, no qual, em nome do amor, dos filhos e da família, apesar das marcas físicas e psíquicas, sob a proteção legal da Lei 11.340 de 07/08/2006, Lei Maria da Penha, Cristina escolheu perdoar o companheiro e voltar a viver com ele.

É possível ainda, perceber um viés da compreensão social do amor e da posse sendo ligado à violência contra a mulher, sendo legitimada pela própria vítima, embasada pelo mito do amor romântico, como um dispositivo que produz subjetividades femininas marcadas pela passividade, pela entrega e pela ideia de completude através do outro (Neves, 2007).

O caso de Cristina elucida uma estrutura afetiva desigual pregada pelo amor romântico, segundo Neves (2007), ao trazer às mulheres um discurso de que precisam realizar um investimento emocional no que tange ao ato de entender, tolerar tudo, para que a relação seja mantida a qualquer custo, gerando um conceito de feminilidade atrelado ao sacrifício. Foi pelos filhos que Cristina, apesar de violentada, espancada, ultrajada em rede nacional, ainda aceitou retomar a vida conjugal com André. Cristina fez uma escolha, embora os movimentos de luta tenham travado verdadeiras batalhas para que o cenário colonial de abusos pudesse ter sido modificado, para que Cristina fosse amparada legalmente. Contudo, por seus motivos, ela quis retornar para a companhia de André. Mesmo que não seja o ideal, muitas foram as conquistas angariadas pelos movimentos feministas em defesa da mulher, mas a maior delas ocorrerá:

No dia em que for possível à mulher amar em sua força, não em sua fraqueza, não para fugir de si mesma, mas para se encontrar, não para se demitir, mas para se afirmar, nesse dia o amor se tornará para ela, como para o homem, fonte de vida e não perigo mortal. (Beauvoir, 1949, p. 437).

2.3 RELAÇÕES DE GÊNERO E O MODELO PATRIARCAL

“Falar de gênero implica ultrapassar a simples análise anatômica de um corpo biológico, pois o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido” (Butler, 2018, p. 59). Então, nunca é um estado estável; está sempre em processo, sendo uma prática regulatória que naturaliza o sexo.

Logo, às crianças, são ensinados modelos performáticos de acordo com o sexo biológico que nasceram. É no âmbito doméstico, principalmente, que elas são direcionadas a seguir um padrão já pré-estabelecido culturalmente. Para Oliveira, Silva e Salvadori (2020), a educação também é atravessada por esses conceitos ideológicos que interligam performance

de gênero ao sexo biológico, o qual obedece a normas e ideias fixas, direcionando comportamentos, de tal forma, que os envolvidos acreditam estar seguindo por opção própria.

Para as meninas, esse paradigma consiste na construção de um modelo social que se espera delas no futuro: a submissão ao marido, postura delicada, submissa, obediente, com tom de voz ameno, e para que esse perfil seja completo, como reitera Brasileiro e Luiz (2025), o ideal de sofrimento deve estar atrelado ao amor.

Sendo assim, esses ideais vão sendo cristalizados pela cultura, enredando sujeitos a acreditarem que suas posturas, comportamentos e performances sejam naturais ao sexo que nasceram. Romper com esses conceitos requer análise de possibilidades, e conhecimento dos sistemas, que por séculos escravizaram padrões pré-definidos socialmente.

Nessa linha de pensamento, analisar historicamente conceitos envolvidos, como o patriarcado, que se refere a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina, significa elucidar o processo de dominação estruturado por um poder que organiza desigualdades, naturalizando a violência masculina (Saffioti, 2015).

Até hoje, na contemporaneidade, ainda é possível ouvir “menino não chora”, não brinca de boneca, não pode falar sobre sentimentos, redirecionando esses papéis às meninas. Logo, ao papel masculino direciona-se à dureza, seriedade e ao feminino à docilidade, perfis projetados pela violência que pautará, no futuro, as relações entre os gêneros. Saffioti (2015) afirma que é a violência que garante a manutenção do ciclo entre quem domina e quem é dominado, sendo que ela ainda é necessária para manter o status quo. “Isto não significa adesão necessariamente ao uso da violência física, mas uma dolorosa constatação” (Saffioti, 2015, p. 149).

Sendo assim, Saffioti (2015) reitera que essa estrutura, ao naturalizar as desigualdades entre homens e mulheres, legitima práticas e controle pela coerção, por meio da violência física ou simbólica, incutindo no meio social a tolerância e normalização da violência e ainda que o patriarcado mude com o tempo, a violência insiste em persistir como uma prática estruturante, principalmente no contexto de homicídios conjugais.

Já no plano subjetivo, de acordo com (Zanello, 2022, p. 42) “a autoestima feminina é construída e validada pela possibilidade de ser escolhida por um homem.” Ou seja, o gênero produzirá mulheres voltadas para o amor idealizado como modelo a ser seguido, a começar pela submissão na escolha. Então, enquanto aos homens é permitido e validado pela cultura,

direcionar sua atenção a si mesmos, ao mundo, explorando inúmeras possibilidades, às mulheres o processo de submissão ainda persiste, direcionando-as a amar apenas os homens.

A partir desse modelo, a desigualdade afetiva é produzida, na qual os homens aprendem a ter autonomia e as mulheres, a exercerem dedicação e sacrifício, ainda que sua existência possa ser comprometida no processo, evidenciando o gênero como a base que sustenta o patriarcado, delimitando o amor como o campo onde essa desigualdade forjada socialmente, se expressa com maior força.

Sendo assim, Saffiotti (2025), esclarece que não é possível considerar a dependência afetiva como algo natural, mas sim, construída pela cultura, considerando o sofrimento amoroso por parte das mulheres, como político, que fora elaborado pelo patriarcado e que se reverbera no meio social. As mulheres ainda padecem no âmbito amoroso, porque foram ensinadas a depender emocionalmente, definindo-se por meio do olhar de um outro que as domina, as escolhe, sendo responsabilizadas pelo êxito ou insucesso das relações, trazendo uma possível origem do apego afetivo.

2.4 A LINHA TÊNUE DO ROMPIMENTO: ENTRE O AMOR, O MEDO E A POSSIBILIDADE DE SAIR

Neste tópico entraremos nos fatores que dificultam a mulher a romper uma relação com o agressor ou quando estes fatores impactam a continuidade das medidas instituídas ao agressor. Antes de nos debruçarmos sobre essas dimensões, é importante esclarecer a perspectiva que orienta este tópico. Não se trata de atribuir culpa à mulher ou de recair sobre ela o papel de vitimização e fragilidade, denotação essa circunscrita à mulher na perspectiva de gênero discutida acima, mas sim, de reconhecer que os motivos que permeiam essas decisões são múltiplos, profundos e impossíveis de serem esgotados por este ou por quaisquer outros estudos. O fator dimensional está para o amor, está para a violência e está para os elementos que atravessam a singularidade de cada mulher na permanência ou na denúncia.

Discutir tais fatores, portanto, não serve para reforçar estereótipos ou justificar a violência. Ao contrário: é pela palavra e também pelo movimento que se abrem caminhos para a construção de um fazer diferente, de serviços mais humanizados, intervenções mais abrangentes e políticas públicas capazes de acolher a mulher em sua completude, não pela metade, mas em sua intrincada teia de experiências, dores, medos e possibilidades.

Compreender as razões que envolvem a não denúncia é essencial, sobretudo diante das leituras reducionistas que circulam socialmente. Ainda hoje, quando a mulher reata uma relação que lhe causa sofrimento ou quando a denúncia não acontece, expressões populares como “ela gosta dessa situação” ou “é falta de vergonha” emergem como explicações rápidas e moralizantes que culpabilizam a vítima e desviam o olhar do que realmente importa: a violência e os sistemas que a sustentam. No campo dos estudos e, especialmente, das práticas em psicologia, é imprescindível deslocar esse olhar para uma análise que respeite a complexidade do fenômeno e a singularidade das mulheres que o vivenciam.

Diversas pesquisas apontam a dependência emocional ou dependência afetiva, nomenclatura também utilizada em artigos como um dos fatores mais recorrentes para a não denúncia ou a decisão de reatar. Embora o conceito varie entre autores, seu núcleo diz respeito à dificuldade de romper o vínculo estabelecido com o agressor. Essa dinâmica pode envolver um processo de apagamento da própria identidade, levando a comportamentos submissos e a uma esperança persistente de mudança.

Fabeni *et al.* (2015) discutem que, em determinados casos, essa dependência pode assumir contornos clínicos, aproximando-se do transtorno de personalidade dependente (TDP) descrito na CID-11 pela Organização Mundial da Saúde (2019), caracterizado pela necessidade excessiva de ser cuidado, comportamento submisso e medo intenso da separação.

Santos e Camargos (2024) ressaltam que a dependência emocional pode ter raízes na infância, impactando diretamente as formas de amar e se vincular na vida adulta. Relações precoces marcadas por negligência, insegurança ou instabilidade tendem a moldar expectativas afetivas futuras, tornando algumas mulheres mais vulneráveis à manutenção de vínculos violentos. Em convergência, Zolet (2013) entende a dependência afetiva como um padrão relacional em que o indivíduo se entrega excessivamente ao outro, colocando-se em posição de submissão por insegurança, baixa autoconfiança ou medo do abandono.

Além da dependência emocional, outros aspectos impactam nas decisões. No levantamento de dados do DataSenado (2024), realizado pela 10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher, os números apontaram que 75% das brasileiras conhecem pouco ou nada sobre a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e menos de 24% têm conhecimento total da legislação.

Embora a legislação represente um marco histórico, a pesquisa mostra que sua efetividade ainda encontra desafios no território, na comunicação e na articulação dos serviços. A denúncia é um caminho, não o ponto de chegada, e não deve ser vista como um

meio de pressionar as mulheres, mas de acolhê-las em seu enfrentamento. O cuidado na responsabilização deve ser um campo pensado com cautela (Fabeni *et al.*, 2015).

O DataSenado, publicado no ano de 2024, também traz um levantamento estatístico sobre a pluralidade dos fatores que dificultam o rompimento:

Tabela 1 – Motivos relatados por mulheres para permanecer em relações violentas

Fator declarado pelas mulheres	Percentual (%)
Medo do agressor	74%
Dependência financeira	34%
Preocupação com os filhos	34%
Vergonha da agressão	26%
Crença de que o agressor não será punido	23%
Crença de que “será a última vez”	22%
Desconhecimento de direitos	19%
Outros motivos	02%

Fonte: Senado Federal, DataSenado (2024).

O Instituto Patrícia Galvão, em parceria com o Ipec (2022), destaca fatores semelhantes, como o medo de morrer, o medo de perder a guarda dos filhos e a dependência econômica. Esses dados evidenciam que a permanência em relações violentas não é uma escolha simples ou isolada, mas resultado de uma articulação complexa de dimensões afetivas, sociais, econômicas e institucionais.

Assim, os fatores analisados não devem ser utilizados para deslegitimar a experiência feminina, mas para compreender a complexidade que atravessa suas histórias, permitindo a construção de práticas de cuidado, prevenção e intervenção mais responsáveis, abrangentes e sensíveis. Apenas reconhecendo essa complexidade é possível avançar em políticas públicas que realmente amparem, protejam e ofereçam caminhos reais para romper o ciclo da violência.

O artigo *Permanência das mulheres em relacionamentos violentos: desvelando o cotidiano conjugal* realizou uma pesquisa com mulheres vítimas de violência, que relataram outras especificidades, como a dificuldade de reconhecer que estão vivenciando uma violência, especialmente no início da relação devido ao fio da navalha entre amor e violência,

paixão, idealizações e projeções (Gomes *et al.*, 2022). Ações que deveriam servir como alerta tornam-se naturalizadas: “morde e assopra”, provas de amor, ciúmes relacionados ao modo de vestir, maquiar ou se comportar são interpretados como cuidado. Insultos sutis, combinados a gestos como pagar contas ou “não trair”, podem mascarar a violência e produzir um sentimento de especialidade.

Nos discursos das entrevistadas, além da dificuldade de reconhecer a violência, aparece a crença de que podem controlar o comportamento do agressor, em nome dos filhos ou da manutenção do casamento. Fatores psicológicos como depressão, ansiedade e baixa autoestima são preocupantes, pois o parceiro, percebendo essas fragilidades, utiliza essa ambiguidade para reforçar a sensação de impotência da mulher. A promessa de mudança, as desculpas constantes e o apelo à preservação da família jogam as decisões em risco. Por fim, as autoras destacam a falta de rede de apoio, a vulnerabilidade social, o medo do novo, o risco de perder a moradia e até os filhos (Gomes *et al.*, 2022).

Como decidir por uma mulher, estando fora desse campo sequencial de violências? O reconhecimento dos dispositivos existentes para o acolhimento da mulher em situação de violência é fundamental. Entretanto, a permanência na relação não pode ser entendida como uma escolha simples, mesmo quando envolve riscos concretos à integridade ou à própria vida. A manutenção do vínculo não se restringe aos fatores já mencionados, sendo necessário compreender que, mesmo com apoio institucional, a transição para um novo caminho implica enfrentar elementos imprevisíveis que podem intensificar a sensação de vulnerabilidade.

O enfrentamento da violência, portanto, não deve ser impelido na esfera individual. Fortalecer os recursos que viabilizam o rompimento torna-se uma diretriz central. Ainda que medidas protetivas e o abrigo temporário configurem avanços, representam apenas o mínimo, diante do histórico de silenciamento que marca a trajetória dessas mulheres. Esses aspectos convocam reflexões sobre o que ainda precisa ser implementado. As estruturas já existem, temos o caminho, mas é preciso considerar o percurso: para muitas, a permanência no que é familiar oferece maior sensação de estabilidade do que a perspectiva de um futuro desconhecido e permeado pela incerteza.

3 METODOLOGIA

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de atender aos objetivos estabelecidos, o presente estudo caracterizou-se por uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos em profundidade, analisando significados, sentidos e construções simbólicas presentes nos discursos e práticas sociais. Trata-se de um enfoque que privilegia a interpretação e não a quantificação.

Sua natureza exploratória consistiu em ampliar a compreensão inicial sobre um fenômeno ainda pouco delimitado no campo científico, enquanto sua natureza descritiva visa apresentar, organizar e interpretar características essenciais do objeto estudado (Gil, 2019).

Por se tratar de uma revisão bibliográfica, este estudo reuniu, analisou e discutiu produções científicas que abordam as relações entre amor, gênero e violência contra a mulher. A revisão assumiu o formato de estado da arte, que, conforme Romanowski e Ens (2006), busca mapear sistematicamente o conhecimento já produzido sobre determinado tema, identificando abordagens teóricas, recortes metodológicos e lacunas existentes. O *corpus* foi analisado por meio da análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), permitindo a identificação de categorias significativas relacionadas ao problema da pesquisa.

Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento de publicações científicas em formato de artigos, considerando inicialmente o recorte temporal dos últimos 20 anos, entre 2005 e 2025. A escolha desse período ocorreu em razão das transformações históricas, sociais e legislativas relacionadas à violência contra a mulher no Brasil, especialmente diante da promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, e da Lei do Feminicídio, em 2015. Por se tratarem de marcos relativamente recentes na legislação brasileira, buscou-se compreender como as produções científicas passaram a discutir as relações entre amor, violência e permanência em relações abusivas após esses acontecimentos, bem como identificar possíveis mudanças na forma de compreender e problematizar a violência contra a mulher ao longo desse período.

A escolha por artigos científicos se justificou por serem documentos de domínio público e também por serem publicações que possuem circulação na comunidade científica. A princípio, foram consultadas duas bases de dados: SciELO e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC). As duas bases reúnem quase a totalidade da produção psicológica

indexada no país (Zoltowski *et al.*, 2014). A escolha pela base de dados serem artigos científicos se justifica por serem documentos de domínio público, ou dito de outro modo, como produtos que possuem ampla capacidade de circulação na comunidade científica.

Os artigos que farão parte do corpus desta pesquisa serão selecionados, após consulta em duas bases de dados: 1) a SciELO (<http://www.scielo.br>) e, 2) o Periódicos Eletrônicos em Psicologia - PePSIC (<http://pepsic.bvsalud.org>). Estas duas plataformas de busca reúnem quase a totalidade da produção psicológica indexada no país (Zoltowski *et al.*, 2014).

3.2 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Em um primeiro momento foram utilizadas as seguintes palavras-chave em diferentes combinações: 1) “amor romântico”; 2) “violência contra a mulher”; 3) “dependência afetiva”; 4) “relacionamentos violentos”. Os critérios de inclusão foram: 1) publicações entre 2005 e 2025; 2) que abordem relações entre amor, gênero, violência ou dependência afetiva; 3) encontrem-se disponíveis em texto completo; 4) estejam indexadas nas bases SciELO ou PePSIC; 5) possuam clareza metodológica. E os de exclusão foram: 1) produções anteriores a 2005; 2) em língua estrangeira sem tradução integral para o português; 3) de acesso restrito ou pago; 4) cujo foco não dialogue com vínculos afetivos, gênero ou violência; 5) duplicações.

A aplicação destes critérios resultou no encontro de 28 artigos científicos. As produções selecionadas foram organizadas no quadro 1.

Os artigos selecionados foram lidos integralmente e organizados em um quadro contendo: autor, ano, objetivo, metodologia, principais resultados e categoria temática. O tratamento dos dados seguirá as três etapas da análise de conteúdo temática (Bardin, 2016):

- a) pré-análise – leitura inicial e organização do material;
- b) exploração – codificação e categorização dos trechos relevantes;
- c) tratamento e interpretação – articulação das categorias com o referencial teórico e identificação de convergências, tensões e lacunas.

Quadro 2 – Levantamento bibliográfico (pré-seleção)

Plataforma	Quantidade de artigos encontrados (2005-2025): 28	Título	Autor(es)
Scielo	1	A construção do amor, da sexualidade e das relações amorosas na contemporaneidade	Angélica Paula Neumann
Scielo	2	A permanência de mulheres em situações de violência: considerações de psicólogas	Madge Porto e Júlia S. N. F Bucher-Maluschke
Scielo	3	A Transmissão Geracional da Violência na Relação Conjugal	Tatiana Camargo Sant'Anna e Maria Aparecida Penso
Scielo	4	A violência de gênero na concepção dos profissionais de saúde da Atenção Básica	Lívia Rocha Almeida; Ana Flávia Pires Lucas D'Oliveira; Lilia Blima Schraiber (e colaboradores)
Scielo	5	Amar amores: o poliamor na contemporaneidade	Mariana Ferreira de Melo; Maria de Fátima Araújo
Scielo	6	Amor e conjugalidade na contemporaneidade: uma revisão de literatura	Leandro Castro Oltramari
Scielo	7	Amor e violência na intimidade: da essência à construção social	Ana Rita Conde Dias e Carla Machado
Scielo	8	As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do "amor confluyente" ou o retorno ao mito do "amor romântico"	Ana Sofia Antunes das Neves
Scielo	9	Do Amor e da Dor: Representações Sociais sobre o Amor e o Sofrimento Psíquico	Sheva Maia da Nóbrega; Érica Palmieri Guimarães Fontes; Fabíola Maria Souza Macêdo de Paula
Scielo	10	Elaborando uma Cartilha sobre as Ambiguidades da Violência Conjugal	Kátia Lenz-de-Oliveira; Maira Mendes dos Santos; Albuquerque de Moura; Wiulla Inácia

			Garcia; Romeu Gomes
Scielo	11	"Mas Ele Diz que me Ama...": Duplo-Vínculo e Nomeação da Violência Conjugal	Fabício Lemos Guimarães; Gláucia Ribeiro Starling Diniz; Fábio Pereira Angelim
Scielo	12	O Discurso de Amor na Violência Contra Mulheres: Análise Sociológica de "Quem Matou Eloá"	Túlio Cunha Rossi
Scielo	13	O Estigma da Violência Sofrida por Mulheres na Relação com seus Parceiros Íntimos	Virginia Moreira; Georges Daniel Janja Bloc Boris; Nadja Venâncio
Scielo	14	O Gênero do Amor: Cultura Terapêutica e Feminismos	Carolina Branco de Castro Ferreira
Scielo	15	Por que Eles Permanecem Juntos? Contribuições para a Permanência em Relacionamentos Íntimos com Violência	Josiane Razera; Denise Falcke
Scielo	16	Relações Amorosas na Contemporaneidade e Indícios do Colapso do Amor Romântico (Solidão Cibernética?)	Luiz Fernando Dias Duarte
Scielo	17	Relações Customizadas e o Ideário de Amor na Contemporaneidade	Paulo Rogério Meira Menandro
Scielo	18	Repercussão da Violência na Mulher e suas Formas de Enfrentamento	Ana Cláudia Wendt dos Santos; Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
Scielo	19	Teorias sobre o Amor no Campo da Psicologia Social	Priscilla de Oliveira Martins-Silva; Zeidi Araújo Trindade; Annor da Silva Junior
Scielo	20	Um Olhar sobre o Amor no Ocidente	Zuleica Pretto; Kátia Maheirie; Maria Juracy Filgueiras Toneli
Scielo	21	Violência Doméstica e Rompimento Conjugal: Repercussões do Litígio na Família	Débora Augusto Franco; Andrea Seixas Magalhães; Terezinha

			Féres-Carneiro
PePSIC	22	Atuação profissional da psicóloga com mulheres em situação de violências	Conselho Federal de Psicologia
PePSIC	23	Contribuições de Pesquisas Brasileiras sobre o Amor e Relacionamentos Amorosos	Adriano Schlösser e Brígido Vizeu Camargo
PePSIC	24	Dependência emocional: uma revisão sistemática da literatura	Denise Catricala Bution e Amanda Muglia Wechsler
PePSIC	25	Marcas do Amor Romântico e Violência Conjugal: Uma Análise a partir do "Sequestro" do Ônibus 499	Teresa Cristina O. Carreiro; Cristine Monteiro Mattar
PePSIC	26	O Discurso do "Amor" e da "Dependência Afetiva" no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	Lorena Fabeni; Luanna Tomaz de Souza; Lívia Bezerra Lemos; Maria Cristina Lima Rocha Oliveira
PePSIC	27	Os Relacionamentos Amorosos na Contemporaneidade sob a Óptica dos Adultos Jovens	Luciana Nunes Smeha; Micheli Vieira de Oliveira
PePSIC	28	Violência Contra a Mulher: Uma Revisão Sistemática da Literatura na Perspectiva da Psicologia	Mara Cristina Normidio Bini; Andressa Melina Becker da Silva

Fonte: elaborado pelas autoras.

Entretanto, esse levantamento inicial resultou em um número elevado de produções científicas, marcadas por significativa diversidade temática e metodológica. Embora essa etapa tenha contribuído para o reconhecimento inicial das principais discussões relacionadas ao assunto investigado, o volume e a heterogeneidade dos trabalhos dificultaram uma análise qualitativa aprofundada e coerente com os objetivos da pesquisa.

Diante disso, optou-se pelo refinamento do *corpus* analítico, direcionando a investigação para revistas específicas da área da Psicologia que apresentavam maior proximidade com a temática estudada. Tal redefinição buscou aumentar a coerência interna do *corpus*, possibilitando aprofundamento interpretativo na análise dos artigos selecionados. Além disso, o refinamento permitiu delimitar os debates sobre amor, gênero, dependência afetiva e violência contra a mulher no campo da Psicologia.

Na nova etapa, foram selecionadas as revistas: 1) *Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais*, 2) *Perspectivas em Psicologia*, 3) *Interação Interdisciplinar*, 4) *Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 5) *Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais*, 6) *Revista Universitária Brasileira* e 7) *Revista Cordis – Pesquisadores em Formação*.

Foram considerados os seguintes critérios de inclusão: 1) artigos científicos publicados entre os anos de 2014 e 2026; 2) materiais científicos pertencentes à área da Psicologia e das Ciências Humanas; 3) estudos que abordassem temáticas relacionadas à violência contra a mulher, relações afetivas, amor romântico, dependência emocional e construções sociais de gênero; 4) artigos disponíveis na íntegra e em língua portuguesa. E os de exclusão: 1) artigos publicados fora do recorte temporal estabelecido; 2) estudos que não apresentavam relação direta com a temática investigada; 3) materiais duplicados, incompletos ou indisponíveis na íntegra; 4) materiais que não correspondiam ao formato de artigo científico publicado em periódicos científicos, como dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso, resumos simples e capítulos de livros. Após o refinamento, os escolhidos foram dispostos no quadro 2.

Quadro 3 – Levantamento bibliográfico

Revista	Quantidade de artigos selecionados
Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e Sociais	A Violência Contra a Mulher e o Mito do Amor Romântico
Perspectivas em Psicologia	Mas o Que é o Amor? Representações Sociais em Mulheres em Contexto de Violência Doméstica
Contradição – Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais	O Amor Romântico no Epicentro da Violência Doméstica Contra a Mulher no Contexto da Cultura da Agressão
Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas	Relacionamentos Amorosos Abusivos
Revista Cadernos de Campo	A Violência como Vivência Afetiva no Amor Romântico
CORDIS: Revista Eletrônica de História Social da Cidade	O Mito do Amor Romântico e a Perpetuação da Violência Doméstica Contra Mulheres: Uma Análise Psicossocial Crítica
InterAção Interdisciplinar	Relações Violentas e a Manutenção dos Vínculos
Revista Universitária Brasileira	Ciclo de Abuso e Dependência Emocional: Por que as Mulheres Permanecem em Relações Abusivas?

Fonte: elaborado pelas autoras.

Os textos selecionados foram lidos integralmente com o objetivo de identificar recorrências temáticas. Durante o processo de leitura, foram realizados fichamentos contendo informações como autoria, ano de publicação, objetivo do estudo, metodologia empregada, principais resultados e trechos considerados relevantes para a análise.

A leitura permitiu a construção de códigos temáticos elaborados a partir das recorrências identificadas. Entre os principais códigos construídos destacam-se: amor romântico, dependência emocional, idealização afetiva, papéis de gênero, violência doméstica e construção social do amor.

Os códigos produzidos durante o processo de leitura foram posteriormente agrupados em categorias mais amplas, conforme suas aproximações temáticas e conceituais:

Categoria: Amor como construção social

Códigos:

amor como construção social;

amor biológico;

amor religioso;

Categoria 2: Correlação entre amor e violência

Código:

amor como justificativa para a violência;

Fatores de manutenção das relações violentas;

dependência emocional.

Categoria 3: Normas de gênero e estrutura da violência

Código:

Estrutura social e cultural da violência.

Naturalização dos comportamentos masculinos e femininos;

Desigualdade de gênero nas relações afetivas.

Cada categoria foi associada a uma cor específica, utilizada como estratégia de organização visual e sistematização durante a leitura, conforme quadro 3:

Quadro 4 – Códigos temáticos utilizados na análise dos artigos selecionados

Cor	Código
Amarelo	Amor como construção social
Amarelo	Amor biológico
Amarelo	Amor religioso
Azul	Amor como justificativa para violência

Cor	Código
Azul	Fatores de manutenção das relações violentas
Azul	Dependência emocional
Rosa	Estrutura social da violência
Rosa	Naturalização dos comportamentos masculinos e femininos
Rosa	Desigualdade de gênero nas relações afetivas

Fonte: elaborado pelas autoras.

Desse modo, os artigos foram lidos da seguinte maneira (Figura 1):

Figura 1 – Ilustração do processo de codificação dos artigos selecionados

Quanto aos significados do fenômeno amor e sua relação com as formas de opressão e a violência sobre a mulher, eles estão acoplados as transformações que as gerações vão sofrendo, movidas pelos diferentes modos de produção. Sendo assim, é indispensável resgatar o significado das relações amorosas no decorrer da história para se entender a dinâmica das relações na contemporaneidade, ou seja, a percepção da cultura Ocidental atual nem sempre foi esta, que o amor é eterno e suporta tudo, inclusive a violência.

Fonte: Santos *et al.* (2014, p. 106).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A PEDAGOGIA DO AMOR

“Juliana, meu amor, prometo que vou mudar. Não faça isso comigo e com os nossos filhos.” Juliana decidiu ficar e foi morta com 70 facadas (Barbosa, 2026.)

“Gaby, volta pra mim, pelo amor de Deus. Eu não aguento mais viver sem a nossa família. Te amo, vida.” Gaby voltou e morreu 12 dias depois com um tiro na cabeça (Barbosa, 2026).

No ano de 2025, uma campanha promovida pela Prefeitura de Ipubi, em Pernambuco, chamou atenção ao expor casos de feminicídio por meio de mensagens atribuídas a agressores antes da ocorrência dos crimes. A ação apresentou promessas de mudança, declarações de amor e pedidos de reconciliação seguidos dos desfechos violentos vivenciados pelas vítimas, evidenciando o contraste entre discursos associados ao amor e a realidade da violência contra a mulher. A ampla repercussão da campanha nas redes sociais reforçou a relevância de discutir de que maneira determinadas concepções amorosas podem contribuir para a permanência de mulheres em relações abusivas.

As mensagens apresentadas na campanha evidenciam elementos que também emergiram nos estudos analisados, tais como a expectativa de mudança do parceiro, a esperança de transformação da relação, a manutenção do vínculo afetivo e a associação entre amor e sofrimento. Embora os artigos utilizem diferentes referenciais teóricos, observou-se a recorrência de discussões que problematizam a forma como determinados ideais amorosos podem influenciar a interpretação da violência e a permanência das mulheres em relacionamentos marcados por agressões.

A partir da análise dos oito artigos selecionados, foram identificadas quatro categorias temáticas centrais relacionadas ao objetivo desta pesquisa: concepções de amor; correlação entre amor e violência; fatores de manutenção das relações abusivas; e normas de gênero e estrutura da violência.

Embora os estudos analisados apresentem diferentes concepções de amor, observou-se uma convergência quanto à compreensão de que os significados atribuídos a esse fenômeno são construídos historicamente e culturalmente. Dos oito artigos selecionados, cinco compreenderam o amor como uma produção social e discursiva, atravessada pelos valores, crenças e discursos predominantes em cada contexto histórico. Entre eles, destacam-se os estudos *O Mito do Amor Romântico e a Perpetuação da Violência Doméstica contra*

Mulheres: uma Análise Psicossocial Crítica; Relacionamentos Amorosos Abusivos; A Violência como Vivência Afetiva no Amor Romântico; Mas o que é o Amor? Representações Sociais em Mulheres em Contexto de Violência Doméstica; e A Violência contra a Mulher e o Mito do Amor Romântico. Em conjunto, esses estudos possibilitam compreender o amor para além de uma experiência individual e espontânea, evidenciando-o como uma construção social permeada por relações de poder, normas culturais e processos históricos que influenciam a forma como os vínculos afetivos são vivenciados e significados.

A análise dos artigos revelou uma convergência na compreensão do amor como uma construção histórica e cultural. Em diferentes estudos, observou-se que os significados atribuídos ao amor são produzidos socialmente e transformados ao longo do tempo. Souza e Sabini (2015) apontam que as diferentes formas de compreender o amor foram historicamente construídas, adquirindo novas concepções ao longo do tempo. Os significados e elementos que constituem esse fenômeno são tecidos a partir das condições históricas, sociais e culturais de cada época. Embora a experiência amorosa possa ser considerada universal, a forma como ela é vivenciada assume diferentes contornos, sentidos e expressões, sempre atravessada pelo tempo em que se insere e pelas singularidades de cada sujeito.

Nessa mesma direção, Gnoato (2021) e Brasileiro e Luiz (2025) retomam essa compreensão, ao afirmarem que o amor é um fenômeno constituído na cultura. Os autores dialogam nessa perspectiva e apontam que o amor não nasce pronto, estando longe de ser uma experiência atemporal ou universal. Nos estudos analisados, o amor é compreendido como um dispositivo cultural, aprendido, apreendido e repassado de geração em geração. Aprende-se a amar observando relações, reproduzindo discursos e incorporando valores que circulam socialmente. Os resultados sugerem que esse processo de transmissão não apenas produz formas de vinculação afetiva, mas também contribui para a perpetuação de expectativas, crenças e modelos relacionais que, muitas vezes, operam como verdadeiras algemas invisíveis.

Compreender essa genealogia torna-se fundamental, uma vez que refletir sobre tais construções não representa um exercício nostálgico de retorno ao passado, mas uma investigação das bases históricas e culturais que continuam sustentando determinados ideais afetivos na contemporaneidade.

Dessa forma, os resultados sugerem que o amor pode ser compreendido como uma pregação social. Ao longo da história, diferentes discursos ensinaram o que deveria ser entendido como amor, quais comportamentos deveriam ser valorizados e quais renúncias

poderiam ser justificadas em seu nome. Cada época pregou um ideal amoroso específico, transmitindo expectativas que foram incorporadas pelos sujeitos e reproduzidas entre gerações. Nessa perspectiva, o amor deixa de ser compreendido apenas como um sentimento individual e passa a ser entendido como uma construção coletiva, continuamente ensinada, aprendida e reformulada ao longo da história.

Mais do que descrever diferentes concepções amorosas, os estudos analisados permitem compreender o amor como um campo de produção de sentidos e normatizações. Ao longo da história, diferentes discursos contribuíram para construir uma verdadeira pedagogia do amor, ensinando modelos de relacionamento, expectativas afetivas e formas consideradas legítimas de amar. Sob essa perspectiva, os estudos permitem refletir sobre como o amor aprendeu a oprimir, especialmente quando a renúncia, o sacrifício e a tolerância ao sofrimento passam a ser valorizados como provas de amor. Embora as concepções amorosas tenham se transformado ao longo da história, os estudos analisados indicam a permanência de elementos recorrentes, como idealização, sacrifício, renúncia, esperança, perdão e manutenção dos vínculos.

Embora os estudos analisados apresentem diferentes formas de organizar as concepções históricas de amor, observou-se uma convergência importante entre eles. Ao retomarem diferentes construções amorosas ao longo da história, Souza e Sabini (2015) discutem o amor platônico, compreendido pelos autores como um amor associado ao sacrifício, o amor cristão, marcado pela renúncia, e o amor cortês, no qual o ciúme e a idealização ocupam lugar de destaque. Os autores apontam ainda que, na modernidade, permanece a busca pela completude amorosa, sustentando a crença de que a perda do objeto amado pode representar um sofrimento maior do que os próprios sacrifícios vivenciados na relação.

Em outra perspectiva, embora também recorra às concepções históricas de amor, Gnoato (2021) atribui maior centralidade ao amor romântico e aos seus efeitos na produção do sofrimento afetivo. Ao discutir o amor-paixão e a idealização do parceiro, o autor retoma as contribuições de Stendhal para demonstrar que o sujeito apaixonado tende a não enxergar o outro tal como ele é, mas a partir das fantasias construídas sobre ele. Nesse sentido, o amor seria uma “solução imaginária”, na qual a perfeição atribuída à pessoa amada é produzida mais pela imaginação do que pela realidade vivida (Stendhal, 2011 apud Gnoato, 2021).

Apesar das diferenças na organização e na ênfase atribuída a cada concepção amorosa, os estudos se aproximam ao recorrer à história do amor para compreender os modos

contemporâneos de amar. Os resultados sugerem que os modelos amorosos construídos ao longo do tempo não permanecem restritos ao passado, mas continuam influenciando a forma como muitas mulheres compreendem o que significa amar e ser amadas. Sacrifício, renúncia, idealização, ciúme, completude e sofrimento aparecem como elementos que atravessam gerações e sustentam discursos frequentemente observados em relações marcadas pela violência, como a crença de que "ele vai mudar", a permanência na relação em nome da família ou a compreensão de determinadas agressões como demonstrações de amor.

Nessa perspectiva, a declaração "não vivo sem você", apresentada no início desta seção por meio da reportagem sobre a campanha da Prefeitura de Ipubi, em Pernambuco, e frequentemente associada ao amor romântico, pode assumir contornos de posse, quando transformada na lógica de que "se eu não vivo sem você, você não viverá sem mim". Tal reflexão permite compreender como determinadas concepções amorosas, aprendidas, apreendidas e transmitidas ao longo das gerações, podem contribuir para a manutenção de relações violentas e para a permanência de mulheres em contextos de sofrimento.

4.2 O TERRENO DO AMOR E AS RAÍZES DA PERMANÊNCIA

O amor está matando mulheres. Não o amor verdadeiro — esse território ainda por construir —, mas sua versão falsificada, industrializada, que aprendeu a sussurrar 'eu te amo' enquanto aperta o pescoço (Brasileiro; Luiz, 2025, p. 2).

A provocação contida nessa afirmação sintetiza uma das questões centrais identificadas nos estudos analisados: a complexa articulação entre amor e violência. Longe de serem compreendidos como fenômenos opostos, os estudos analisados revelam que determinadas concepções amorosas podem coexistir com experiências de sofrimento, controle e agressão, contribuindo para a manutenção de relações marcadas pela violência.

A análise dos estudos revelou que a correlação entre amor e violência não se manifesta apenas pela coexistência desses fenômenos nas relações abusivas, mas, principalmente, pelos mecanismos que contribuem para a manutenção desses vínculos.

Em diferentes perspectivas teóricas, os artigos identificaram que determinadas concepções amorosas podem dificultar o reconhecimento da violência, favorecer processos de tolerância ao sofrimento e sustentar a permanência das mulheres em relacionamentos marcados por agressões físicas, psicológicas e simbólicas.

Entre os fatores de manutenção mais recorrentes destacaram-se a esperança de mudança do parceiro, o perdão, a renúncia, a tolerância à violência, a idealização do relacionamento, a dependência emocional, o medo, a presença dos filhos e a naturalização de comportamentos de controle, posse e ciúme como expressões legítimas de amor.

No estudo de Souza e Sabini (2015), a permanência das mulheres nas relações violentas mostrou-se associada, sobretudo, à esperança de transformação do parceiro. Os resultados apresentados pelas autoras trazem as vozes de mulheres que vivenciaram esse fenômeno, evidenciando que muitas delas acreditavam nas promessas realizadas pelos companheiros após os episódios de violência. Nessas experiências, o amor aparecia associado à perseverança em lutar pela relação até o fim, à compaixão, à tolerância e à crença de que o vínculo ainda poderia ser restaurado.

O perdão emergiu como um elemento central, frequentemente relacionado à possibilidade de mudança do agressor. A partir do arrependimento manifestado após os episódios de violência, o amor era compreendido como algo que não havia se esgotado, fazendo com que o perdão representasse a possibilidade de uma nova chance. Da mesma forma, suportar o sofrimento aparecia como uma demonstração de amor e compromisso com a relação.

As autoras identificaram ainda a presença do medo e da violência simbólica como elementos importantes para compreender a permanência dessas mulheres. Por meio de processos de anulação, mortificação e desqualificação constantes, os agressores contribuíam para a construção de sentimentos de autodesvalorização, incapacidade e dependência. Além disso, a responsabilidade com os filhos também apareceu como um fator que mantinha muitas mulheres vinculadas a experiências amorosas marcadas pela dor e pela violência.

Esses determinantes também aparecem nos estudos de Brasileiro e Luiz (2025), embora por um caminho teórico distinto. Os autores identificam a presença de mecanismos culturais que dificultam a ruptura das relações violentas e atribuem centralidade ao mito do amor romântico, compreendido como um dispositivo capaz de romantizar o sofrimento e naturalizar relações de subordinação. Nessa perspectiva, controle, possessividade e ciúme passam a ser interpretados como manifestações de cuidado e amor, dificultando o reconhecimento da violência.

No estudo, o amor romântico é apresentado como uma forma de colonialidade afetiva, sustentada pela repetição de narrativas que romantizam o sofrimento feminino. O mito do amor romântico transforma os relacionamentos em espaços de sacrifício feminino,

funcionando como um mecanismo que legitima a renúncia, a submissão e a tolerância à violência. Os autores descrevem esse processo como uma espécie de anestésico afetivo, capaz de mascarar práticas abusivas e contribuir para a manutenção da dependência emocional.

Gnoato (2021) também atribui destaque a essa dimensão amorosa na compreensão das relações violentas. O autor chama atenção para a influência da idealização amorosa e das fantasias produzidas pelo amor romântico, argumentando que, em muitos casos, o poder exercido pelo amor sobre as mulheres torna-se tão significativo quanto às próprias estruturas de dominação masculina. A permanência nos relacionamentos violentos passa, então, a ser compreendida não apenas a partir de fatores externos, mas também dos investimentos afetivos realizados na relação e das expectativas construídas em torno do parceiro idealizado.

Apesar das diferenças de enfoque entre os estudos, observou-se uma convergência importante: a violência não aparece dissociada do amor, mas frequentemente sustentada por significados amorosos aprendidos ao longo da vida. As representações sociais sobre o amor surgem, nesse sentido, como um terreno fértil para a disseminação de expectativas e crenças que influenciam a forma como as mulheres interpretam suas relações. Esperança, perdão, renúncia, sacrifício, idealização e sofrimento aparecem repetidamente como elementos associados à permanência das mulheres em relacionamentos abusivos.

Sob essa perspectiva, os resultados sugerem que o amor nem sempre opera como força de proteção, com valores positivos, mas pode assumir contornos que dificultam a ruptura da violência. Ele aparece como um campo minado. Como resultado geral, destaca-se a reflexão apresentada por Gnoato:

O resultado é devastador: o amor virou monocultura emocional que devastou a biodiversidade afetiva, plantando em todos os corações a mesma semente envenenada: a crença de que amar é sinônimo de sofrer (Brasileiro; Luiz; 2025, p. 5).

Quando suportar o sofrimento é compreendido como prova de amor, quando o ciúme é interpretado como tempero de cuidado ou quando a mudança do parceiro permanece como promessa constante, o vínculo afetivo passa a funcionar como um dos mecanismos de manutenção da relação violenta. É aí que mora a prisão e se sustenta a base desses vínculos: amar é padecer, pois o amor, em todas as medidas e nos artigos analisados, aparece como renúncia e, indo mais além, como sacrifício. O sacrifício, em sua etimologia, diz respeito à ação de renunciar a algo de valor como tempo, desejos, bens ou conforto em prol de um

objetivo maior, de um dever moral ou por devoção. Por fim, sacrifício também pode assumir a definição de morte, amplamente ligada à violência.

As ideias identificadas nos estudos também encontram ressonância em produções culturais amplamente difundidas, como na música "Sinônimos", dos cantores Chitãozinho e Xororó:

Quanto tempo o coração leva pra saber
Que o sinônimo de amar é sofrer
Num aroma de amores pode haver espinhos
É como ter mulheres em milhões e ser sozinho
Na solidão de casa, descansar
O sentido da vida, encontrar
Ninguém pode dizer onde a felicidade está
O amor é feito de paixões
E quando perde a razão
Não sabe quem vai machucar.

O objetivo não é realizar uma análise desta música, mas reafirmar que o amor não está presente apenas nos artigos científicos. Ele está na música, no cinema, nas histórias que consumimos, nos discursos que atravessam a sociedade e na própria roupagem histórica da humanidade. Os sentidos atribuídos ao amor circulam culturalmente e são continuamente reproduzidos, ensinando o que significa amar, sofrer, permanecer e renunciar.

Nesse contexto, a ideia expressa no verso "o sinônimo de amar é sofrer" dialoga com os resultados encontrados nesta pesquisa. Ao longo dos estudos analisados, observou-se a recorrência de elementos como sacrifício, renúncia, tolerância ao sofrimento, esperança de mudança e manutenção dos vínculos, mesmo diante da violência. Assim, a música não é utilizada como evidência científica, mas como uma expressão cultural que ilustra como determinadas concepções amorosas ultrapassam o campo das experiências individuais e passam a compor o imaginário coletivo.

O amor, portanto, não se encontra apenas na ciência que o investiga, mas também nas músicas que ouvimos, nos filmes que assistimos e nas narrativas que consumimos. É justamente nesse movimento de circulação e reprodução de sentidos, que determinadas concepções amorosas continuam sendo transmitidas entre gerações, contribuindo para a naturalização de ideias como a de que amar é sofrer, suportar e permanecer.

4.3 AS ENGRENAGENS INVISÍVEIS DA VIOLÊNCIA NO AMOR

É só uma discussão de casal". "Ciúmes é prova de amor". "Eu só quero te proteger". "Não sei viver sem você". "Quem manda aqui sou eu". Essas frases,

muitas disfarçadas de cuidado, são alertas para mulheres que vivem em relacionamentos abusivos. Elas viralizaram na internet após o assassinato da comandante da Guarda de Vitória, Dayse Barbosa (“Ciúme é prova de amor!” (...), 2026).

A ideia de que “ciúme é uma prova de amor”, sem dúvida é um dos conceitos mais difundidos na cultura brasileira. O trecho da reportagem soma-se ao contexto da análise dos resultados, ao elucidar uma das categorias defendidas neste estudo, a Correlação entre Amor e Violência, ponto que ganha respaldo por meio da investigação entre amor romântico e violência. No artigo: A violência como vivência afetiva no amor romântico, Jardim e Miwa (2023), ao analisarem experiências de mulheres inseridas em relacionamentos abusivos, defende a ideia de que a violência não se apresenta como um elemento oposto ao amor, mas sim, experienciada e interpretada como parte da experiência amorosa.

Logo, é válido pensar na possível origem desse ideal de amor ligado à violência e como a cultura ensina as mulheres a interpretar sofrimento, renúncia e submissão como componentes naturais do amor, levando a outra categoria: Os fatores de manutenção das relações abusivas.

Nessa linha de raciocínio, o artigo: A violência contra a mulher e o mito do amor romântico, diz que se constitui como um instrumento que a ideologia dominante utiliza para manter as mulheres submissas" (Santos *et al.*, 2014, p. 105). No caso, o problema não está apenas na violência explícita, mas nas crenças culturais que a tornam tolerável, criando mecanismos que sustentem a dinâmica entre amor e violência.

Entretanto, nem sempre é perceptível notar a diferença clara entre comportamentos potencialmente abusivos e demonstrações de afeto. Retomando as frases citadas pela reportagem ao início do tópico: "Ciúme é prova de amor"; "Eu só quero te proteger"; "Não sei viver sem você"; camufla controle como proteção, vigilância como cuidado e ciúme como amor.

O que Santos *et al.* (2014) propõem é que a cultura ensina as mulheres a acreditarem que o amor verdadeiro exige: paciência, renúncia, perdão e tolerância ao sofrimento. Dessa forma, esses tipos de comportamentos podem ser interpretados como dificuldades normais do relacionamento, que são difíceis de identificar-se como violência.

Nesse sentido, as engrenagens invisíveis da violência no amor podem manifestar-se de maneira sutil, pois não se apresentam, inicialmente, por meio de agressões físicas ou manifestações explícitas de dominação. Podem estruturar-se em discursos socialmente legitimados que associam amor à posse, cuidado ao controle e dedicação à renúncia de si. Ao

serem reproduzidas em músicas ou narrativas românticas, por exemplo, essas concepções contribuem para a construção de um imaginário coletivo no qual determinados comportamentos abusivos são interpretados como demonstrações de carinho, dificultando o reconhecimento da violência por parte das próprias vítimas.

Dessa forma, a violência não se mantém apenas pela ação do agressor, mas também por mecanismos simbólicos que a tornam aceitável e, muitas vezes, esperada dentro dos relacionamentos afetivos. O amor romântico, ao valorizar a ideia de entrega incondicional, de superação do sofrimento e de permanência, inclusive ao custo da própria vida, pode funcionar como um importante elemento de sustentação das relações abusivas. Assim, compreender essas engrenagens invisíveis torna-se fundamental para entender a naturalização da violência como uma das bases que explicam por que tantas mulheres permanecem nesses relacionamentos.

Ultrapassando a simbologia, a expectativa de mudança do parceiro constitui-se como mais um dos elementos que dificultam o rompimento das relações abusivas. De acordo com o artigo: A violência como vivência afetiva no amor romântico, sustentada pelos ideais do amor romântico, muitas mulheres acreditam que sua dedicação, cuidado e persistência serão capazes de transformar comportamentos violentos por parte dos parceiros.

Para além da naturalização do controle e da posse como expressões de afeto, e a esperança de mudança de comportamento por parte do companheiro, a dependência emocional constitui outro elemento fundamental na engrenagem que sustenta as relações abusivas, dificultando, junto com a dependência financeira e ideologia patriarcal, o rompimento dos vínculos violentos.

4.4 A ARQUITETURA DA PERMANÊNCIA: GÊNERO, PODER E RELAÇÕES ABUSIVAS

Segundo Homem e Calligaris (2019), o gênero não se restringe aos aspectos biológicos, sendo também resultado de construções culturais, históricas e sociais, desenvolvido a partir de experiências, do que é dito e esperado de um indivíduo, das etiquetas sociais, roupas e gestos.

Como última categoria analisada, As Normas de Gênero e Estrutura da Violência, foram identificadas nos artigos: Relações Violentas e a Manutenção dos Vínculos e Relacionamentos Amorosos abusivos três eixos principais: 1. As normas de gênero como

fundamento das relações de poder; 2. O patriarcado e a naturalização da dominação masculina e por último, 3. A violência como instrumento de manutenção do poder.

4.4.1 *As normas de gênero como fundamento das relações de poder:*

Se o gênero é uma construção social produzida por expectativas, normas e papéis atribuídos a homens e mulheres (Homem; Calligaris, 2019), torna-se possível compreender porque determinadas manifestações de controle masculino são “aceitáveis”, em razão da cultura do homem como superior, forte, destemido e corajoso, enquanto à mulher lhe coube a doçura, passividade e submissão. Esse conceito de desigualdade é reforçado por Gomes e Assunção (2021), no artigo, Relacionamentos Amorosos Abusivos, ao afirmarem que:

O conceito de gênero foi construído socialmente visando compreender as relações estabelecidas entre homens e mulheres, baseadas nos papéis que cada um assume na sociedade e nas relações de poder entre eles.

Conforme apontam Farias e Barreto (2025, p. 265), no artigo Relações Violentas e a Manutenção dos Vínculos, a violência e as relações abusivas emergem como manifestações extremas de controle e dominação, sendo utilizadas para legitimar relações desiguais de poder.

Segundo Cruz (2020), dinâmicas abusivas geralmente são identificadas em contextos em que uma parte exerce poder desproporcional sobre outra, utilizando a violência física, psicológica, emocional ou econômica como meios para manter essa desigualdade entre homens e mulheres.

A partir dessa lógica, as relações afetivas não acontecem em um vazio social, mas são atravessadas por expectativas culturais que associam homens ao poder, autoridade e controle, enquanto vinculam as mulheres à submissão, cuidado e à renúncia. Logo, esse modelo de amor, que foi socialmente constituído, relaciona a manutenção dos papéis desiguais de gênero em relação às formas de amar de homens e mulheres.

4.4.2 *O patriarcado e a naturalização da dominação masculina*

Seguindo as discussões, ainda na categoria Normas de Gênero e Estrutura da Violência, Gomes e Assunção (2021, p. 274) afirmam que o gênero atua como um orientador

nas formas de relação entre homem e mulher nas sociedades, propiciando separações de papéis e identificando o lugar de cada um na estrutura social.

A permanência da mulher em contextos de violência não decorre apenas de fatores individuais, mas também de uma estrutura social que naturaliza a autoridade masculina, enfatizando a noção de pertencimento do outro, dialogando com estruturas patriarcais que historicamente associaram as mulheres à condição de propriedade ou subordinação dos homens. Isso inclui:

de acordo com Cruz (2020), a maneira como as identidades e comportamentos de gênero são moldados e reforçados pela sociedade por meio de instituições como a família, a educação, a mídia e o sistema legal. Essas instituições desempenham uma função essencial na manutenção das hierarquias de gênero ao promover e legitimar certas normas e expectativas sobre o que é considerado apropriado ou desejável para homens e mulheres (Farias, 2025, p. 262).

Ainda, Farias e Barreto (2025, p. 264) afirmam que algumas pessoas chegam a justificar a violência como uma forma de proteger o agressor e a relação. Logo,

Os homens frequentemente usam a violência para punir transgressões percebidas em papéis de gênero, para mostrar autoridade e para defender a honra. A violência contra a mulher é muitas vezes considerada normal e justificada pela sociedade em geral ao invés de ser vista como um ato criminoso; e as vítimas, em vez dos agressores, são frequentemente culpadas e estigmatizadas (Farias, 2025, p. 262).

Assim, a arquitetura da permanência nas relações abusivas é sustentada não apenas por fatores emocionais ou afetivos individuais, mas também por uma organização social que legitima desigualdades de gênero, normaliza a autoridade masculina e dificulta o reconhecimento da violência como violação de direitos.

4.5 A VIOLÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE MANUTENÇÃO DO PODER.

Veem-se homens ainda sendo colocados e se colocando na posição de detentor do poder e, conseqüentemente, do saber no que se refere às decisões a serem tomadas. O resultado visto é o aumento de violência nas relações amorosas e a retirada de direitos e liberdades de mulheres que vivenciam tal relacionamento (Gomes; Assunção, 2021, p. 274).

Neste último ponto, ainda dentro da categoria das Normas de Gênero e Estrutura da Violência, os autores dos artigos analisados trazem a compreensão de que a violência ultrapassa a manifestação de conflitos pessoais, agindo como mantenedora de relações desiguais de poder. Confirmando os apontamentos de Farias e Barreto (2025), a violência,

muitas vezes, serve para aplicar e reafirmar desigualdades já existentes entre homens e mulheres, funcionando como estratégia de controle e dominação.

Logo, essa dinâmica encontra respaldo nas estruturas patriarcais discutidas por Gomes e Assunção (2021), segundo as quais os homens ainda são posicionados como detentores da autoridade e do poder decisório nas relações. Quando tais posições são questionadas ou ameaçadas, a violência pode emergir como linguagem, na tentativa de restaurar o controle, reafirmar a autoridade masculina ou punir comportamentos considerados inadequados aos papéis de gênero socialmente estabelecidos às mulheres. Dessa forma, a violência não apenas produz sofrimento individual, como contribui para a manutenção de uma ordem social marcada pela desigualdade entre homens e mulheres.

5 CONCLUSÃO

Este estudo buscou investigar, por meio de revisão na literatura, de que maneira os ideais românticos de amor e de gênero contribuem para a naturalização da violência contra a mulher e sua permanência em relacionamentos abusivos.

A análise dos artigos selecionados permitiu identificar que o amor não se constitui como uma experiência exclusivamente individual, mas como uma construção histórica, social e cultural, atravessada por valores, crenças e relações de poder. Os resultados evidenciaram que as concepções associadas ao amor romântico podem favorecer a tolerância ao sofrimento, a idealização do parceiro e a permanência em relações marcadas pela violência, por vezes, sem a clareza da conceituação do contexto como algo violento.

Além disso, elementos como esperança de mudança de postura do companheiro, perdão, renúncia, dependência emocional, medo, insegurança e naturalização de comportamentos de controle e posse apareceram de forma recorrente nos estudos analisados.

Observou-se também, que as desigualdades de gênero e estruturas patriarcais continuam exercendo influência significativa sobre as relações afetivas, contribuindo para a legitimação de autoridade masculina e manutenção de relações desiguais de poder. Nesse sentido, a violência contra a mulher não pode ser compreendida apenas como um fenômeno individual, mas como um impasse social sustentado por discursos, práticas e normas culturalmente compartilhadas.

Por fim, espera-se que este trabalho promova reflexões críticas acerca das formas de amar que foram e são socialmente aprendidas e para a construção de relações afetivas pautadas no respeito, na autonomia e na igualdade de direitos entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

- "CIÚME É PROVA DE AMOR!": alerta para as frases mais ouvidas pelas mulheres vítimas de violência. **Folha Vitória**, 25 mar. 2026. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/policia/ciume-e-prova-de-amor-alerta-para-as-frases-mais-ouvidas-pelas-mulheres-vitimas-de-violencia/>. Acesso em: 7 jun. 2026.
- BARBOSA, Isabelle. Ipubi faz campanha de alerta sobre feminicídio e vídeo viraliza nas redes. **Folha de Pernambuco**, 17 mar. 2026. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/ipubi-faz-campanha-de-alerta-sobre-feminicidio-e-video-viraliza-nas/474148/>. Acesso em: 5 jun. 2026.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRETO, Alessandra. FARIAS, Olga. RELAÇÕES VIOLENTAS E A MANUTENÇÃO DOS VÍNCULOS. **Revista Interação Interdisciplinar (ISSN: 2526-9550)**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 260–274, 2025. DOI: 10.35685/revintera.v7i1.4407. Disponível em: <https://publicacoes.unifimes.edu.br:443/index.php/interacao/article/view/4407>. Acesso em: 26 maio. 2026.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**- A experiência Vivida. Tradução de Sérgio Milliet. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOWLBY, John. **Uma base segura**: aplicações clínicas da teoria do apego. Tradução de Sonia Fuhrmann. 1. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- BRASIL. Lei nº 11.340, 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 11 nov. 2025.
- BRASILEIRO, Geziely; LUIZ, George. O mito do amor romântico e a perpetuação da violência doméstica contra mulheres: uma análise psicossocial crítica. Pucsp. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, São Paulo, n. 35, p. e72709-e72709, 2025. Disponível em: DOI: 10.23925/2176-4174.35.2025e72709. Acesso em: 06 dez. 2025.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte especial. 11. ed. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CARRETEIRO, Teresa Cristina O.; MATTAR, Cristine Monteiro. Marcas do amor romântico e violência conjugal: uma análise a partir do sequestro do ônibus 499. **Pepsic. Psicol. rev.**,

Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 153–170, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682008000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 9 nov. 2025.

CHITÃOZINHO & XORORÓ. **Sinônimos**. Letras.mus.br. Disponível em: Letras.mus.br. Acesso em: 5 jun. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Painel de Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **CNJ**, Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-violencia-contramulher/>. Acesso em: 2 nov. 2025.

COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico**. 1.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

FABENI, Lorena *et al.* O discurso do “amor” e da “dependência afetiva” no atendimento às mulheres em situação de violência. **Pepsic**. Revista NUFEN, Belém, v. 7, n. 1, p. 35–60, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912015000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 nov. 2025.

FARIAS, Maria Clara Santos de; BARRETO, Mariana Carvalho. Relações violentas e a manutenção dos vínculos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 262-278, 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DATAFOLHA. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 5. ed. **FBSP**. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/7c9f57aa-e7d6-4d96-8f11-768fe85a2084>. Acesso em: 15 nov. 2025.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Introdução à metapsicologia freudiana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2019.

GOMES, Louíse Ketlyn Gilberti Rocha; ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva de. RELACIONAMENTOS AMOROSOS ABUSIVOS. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 271–294, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/pretextos/article/view/28325>. Acesso em: 12 maio. 2026.

GOMES, Nadirlene Pereira *et al.* Permanência de mulheres em relacionamentos violentos: desvelando o cotidiano conjugal. **Cogitare Enferm**, Salvador, v27:e78904, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/ce.v27i0.78904>. Acesso em: 15 nov. 2025.

GOVERNO FEDERAL. Governo Federal lança Painel de Dados do Ligue 180 e reforça transparência no enfrentamento à violência contra mulheres. **Portal Gov.br**, Brasília, 7 ago. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/08/governo-federal-lanca-painel-de-dados-do-ligue-180-e-reforca-transparencia-no-enfrentamento-a-violencia-contramulheres>. Acesso em: 19 out. 2025.

GNOATO, Gilberto. O AMOR ROMÂNTICO NO EPICENTRO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO DA CULTURA DA AGRESSÃO. **Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais**, v. 2, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revista.unifatecie.edu.br/index.php/revcontrad/article/view/22>. Acesso em: 5 jun. 2026.

HOFFMEISTER, Alana; CARVALHO, Liana Müller; MARIN, Angela Helena. Compreendendo o amor e suas expressões em diferentes etapas do desenvolvimento. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 19, n. 3, p. 1–14, dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692019000300010. Acesso em: 19 out. 2025.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2021.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Dependência econômica do parceiro, medo de morrer e de perder a guarda dos filhos são os principais motivos que impedem mulheres de deixar relações violentas. **Violência em dados**. São Paulo, Instituto Patrícia Galvão, [202-]. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/dependencia-economica-do-parceiro-medo-de-morrer-e-de-perder-a-guarda-dos-filhos-sao-os-principais-motivos-que-impedem-mulheres-de-deixar-relacoes-violentas/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra as mulheres** (Observatório da Mulher Contra a Violência/Instituto DataSenado), 2023. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/10a-edicao-da-pesquisa-nacional-de-violencia-contra-as-mulheres-observatorio-da-mulher-contra-a-violencia-instituto-datasenado-2023/>. Acesso em: 5 jun. 2026.

JARDIM, Maria Chaves; MIWA, Marcela. A Violência como Vivência Afetiva no Amor Romântico. **Revista Cadernos de Campo**, Araraquara, v. 23, n. 00, e. 023012, 2023. Disponível: <https://doi.org/10.47284/cdc.v23i00.17196>. Acesso em 12 maio. 2026.

JARDIM, Maria.; MIWA, Marcela. A violência como vivência afetiva no amor romântico. Unesp. **Cadernos de Campo**, Araraquara, v. 23, n. 00, e023012, 2023. e-ISSN 2359-2419. Disponível em: <https://doi.org/10.47284/cdc.v23i00.17196>. Acesso em: 06 dez.2025.

KRUG, Etienne *et al.* **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002. *E-book*. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2025.

MARTINS-SILVA, Priscilla de Oliveira; TRINDADE, Zeidi Araujo; SILVA JUNIOR, Annor da. Teorias sobre o amor no campo da Psicologia Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 16–31, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/5JMDBw5ZhbQx7yddL4nb7tS/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

MAXIMIANO, Jayne; SANTOS, Camilla Guerra Lopes. Ciclo de Abuso e Dependência Emocional: por que as mulheres permanecem em relações abusivas?. **Revista Universitária**

Brasileira, [S. l.], v. 4, n. 1, 2026. Disponível em:
<https://revistaub.com/index.php/RUB/article/view/256>. Acesso em: 26 maio. 2026.

MENEZES, Jairo de Jesus. **Amor**: conceito e problemática na antiguidade e na contemporaneidade. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2024.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

NEVES, Ana Sofia Antunes das. As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do “amor confluyente” ou retorno ao mito do “amor romântico”? **SciELO**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 609–627, 2007. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300006>. Acesso em: 15 nov. 2025.

OLIVEIRA, Lucemberg Rosa de; GOMES DA SILVA, Ana Lúcia; CRISTINA SALVADORI, Juliana. POLÍTICAS DE NARRATIVIDADE E PERFORMANCES DE GÊNERO NA ESCOLA: CARTOGRAFIAS EM ABERTO. Set. **Interfaces Científicas - Educação**, Aracaju, v. 8, n. 2, p. 189-204, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/7853>. Acesso em: 06 dez. 2025.

RASILEIRO, Geziely dos Santos; LUIZ, George Moraes de. O mito do amor romântico e a perpetuação da violência doméstica contra mulheres: Uma análise psicossocial crítica. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, [S. l.], n. 35, p. e72709, 2025. DOI: 10.23925/2176-4174.35.2025e72709. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/72709>. Acesso em: 12 maio 2026.

ROGERS, Carl. **Tornar-se pessoa**: uma perspectiva da psicologia humanista. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, p. p. 37–50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176> . Acesso em: 23 nov. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Adriana; FARIAS, Drielly; PEREIRA, Rosilene; BARROS, Albani. A violência contra a mulher e o mito do amor romântico. **Ciências Humanas e Sociais**, Maceió, v. 2, n. 2, p. 105-120, 2024. Disponível em:
<https://periodicos.set.edu.br/cdghumanas/article/view/1810/1065>. Acesso em: 26 maio 2026.

SANTOS, Thayne; CAMARGO; Murilo. Dependência emocional em relacionamentos conjugais: possíveis fatores e consequências. **Psicol. USP**, [s. l.], v. 35, p. e220002, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e220002>. Acesso em: 23 nov. 2025.

SENADO FEDERAL. **Mapa Nacional da Violência de Gênero**. Brasília: Agência Senado, 2025. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pdfs/mapa_internacional.pdf. Acesso em: 19 out. 2025.

SENADO FEDERAL. **Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher**. 11. ed. Brasília: DataSenado, 2025. E-book. Disponível em: www12.senado.leg.br/institucional/omv/pdfs/ebook_pes_-violencia-contr-a-mulher_2025_digital.pdf. Acesso em: 2 nov. 2025.

SOUZA, Tatiana; SABINI, Kelen. MAS O QUE É O AMOR? REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM MULHERES EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. **Perspectivas em Psicologia**, [S. l.], v. 19, n. 1, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/30542>. Acesso em: 26 maio. 2026.

TEIXEIRA, Fabiana Cristina. **Considerações psicanalíticas sobre o amor**: uma leitura derridiana das letras musicais da Legião Urbana. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: http://bib.pucminas.br/teses/Psicologia_TeixeiraFC_1.pdf. Acesso em: 2 nov. 2025.

VALIENSE, Jacqueline Meireles; CUNHA, Tânia Rocha Andrade. A violência nas relações conjugais: marcas presentes do patriarcado. **Revista Aracê**, Vitória, v. 7, n. 9, p. 1–12, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/8346>. Acesso em: 25 nov. 2025.

VIANA, Dalila Sena; COSTA, Maria do Socorro Moura. A cultura do patriarcado no Brasil: da violência doméstica ao feminicídio. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 5, p. 2829–2847, maio 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13935>. Acesso em: 15 nov. 2025.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WINNICOTT, Donald Woods. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. 1.ed. Porto Alegre: Artmed, 1983.

ZANELLO, Valeska. **A prateleira do amor**: sobre mulheres, homens e relações. 1. ed. Petrópolis: Appris, 2022.

ZOLTOWSKI, Ana Paula; COSTA, Adriana; TEIXEIRA, Marco Antônio; KOLLER, Silvia Helena. Qualidade metodológica das pesquisas brasileiras em Psicologia: revisão de artigos empíricos. **Psico Teor. E Pesqu.**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 299-309, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/L7CvnCh4KJVhgcnkLKnTtFc/?lang=pt> . Acesso em: 23 nov. 2025.